1º PASSO

Jornal do SINTESP - Ano 2009 - Nº 210 - www.sintesp.org.br - Sede - SP

SINTESP REALIZA MANIFESTAÇÃO EM PROL DO CONSELHO

Pela primeira vez os Técnicos de Segurança do Trabalho de São Paulo realizam, em fevereiro de 2009, uma manifestação nas ruas do Centro da cidade para aprovação do nosso Conselho de Classe. Confira mais informações no site do Sintesp. A matéria completa será publicada na próxima edição do Jornal Primeiro Passo.

ARMANDO CONVERSA COM O MINISTRO DO TRABALHO SOBRE O CONSELHO.

LEIA TAMBÉM NESTA EDIÇÃO:

EDITORIAL: CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO ..... PÁG. 2
CENTRAIS SINDICAIS PARTICIPAM DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL ..... PÁG. 5
CURSOS À DISTÂNCIA ..... PÁG. 6
PRÊMIO ABS ..... PÁG. 7
4ª REUNIÃO DO CT-SST ..... PÁG. 8
CENTRAIS SINDICAIS APRESENTAM REIVINDICAÇÕES AO PRESIDENTE LULA ..... PÁG. 10
PARCERIA COM SINDIGRÁFICOS ..... PÁG. 10
SEÇÃO TÉCNICA/INFORMATIVA: DEFENSORIA SOCIAL ..... PÁG. 11
MEIO AMBIENTE ..... PÁG. 12
CURSOS E EVENTOS ..... PÁG. 13
INFORMAÇÃO JURÍDICA: CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ..... PÁG. 14

DIRETORIA DO SINTESP FAZ CONVENÇÃO EM FEVEREIRO

Como ocorrem todos os anos, as Diretorias Estadual e Regional do Sintesp reúnem-se na capital para avaliação das atividades do ano anterior e planejamento para 2009.

Veja os resultados na próxima edição do Primeiro Passo.

editorial

Criação da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho é a solução para o fortalecimento do setor no país

Há tempos que estamos batendo na tecla de que é necessária uma maior atenção por parte do Governo no que diz respeito às questões de saúde e segurança do trabalho. Nos últimos anos temos visto um envolvimento mais bem sucedido no que tange às questões de trabalho escravo e trabalho informal e a área de saúde e segurança do trabalho, por sua vez, não tem sido tratada como merece.

Diante disso, nossa opinião, e a de centenas de outras representatividades setoriais, é a de que temos que desvincular o tema "segurança e saúde do trabalho" da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, para, que assim, seja possível fazer todo um trabalho dirigido, especializado a exemplo do que já foi feito no passado, quando existia a Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalhador, que tiraram e vincularam como sendo um departamento da SIT, que veio tempos depois a virar o "patinho feio" dessa instituição, não tem força suficiente para alavancar as ações necessárias bem como, especialmente, de 15 anos pra cá, esse departamento vem sendo desmontado e desestruturado e hoje se resume à discussões internas que não agregam nenhum valor mais significativo em prol dos trabalhadores.

Esse sentimento de desejo de mudança está tomando corpo a cada dia. Muitas mobilizações e manifestações estão sendo feitas em todo o país, principalmente, entre a categoria dos Técnicos de Segurança do Trabalho, para que seja alterado o rumo dessa história, particularmente, com apoio e fomento para os que verdadeiramente interessam pelas ações de prevenção da saúde e segurança dos trabalhadores. Nosso objetivo é que essa Secretaria de Segurança e Saúde seja vinculada diretamente ao Ministro do Trabalho e Emprego, para que o anseio de nossa classe e, por conseqüência, a dos trabalhadores, sejam tratados com o rigor que o assunto precisa e merece.

Entre as entidades que estão trabalhando fortemente para tornar realidade essa nova Secretaria destacamos a FENATEST Federação dos Técnicos de Segurança, o Grupo GEHSST, o Sintracon-SP – Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo, a OBESST – Organização Brasileira de Entidades de Saúde, Segurança do Trabalho e do Meio Ambiente, além de diversos grupos técnicos, especialistas, e pessoas de forma individual, principalmente, os técnicos de segurança do trabalho, que estão manifestando-se através de e-mails, cartas, abordagens diretas ao Ministro do Trabalho, ou seja, não trata-se em hipótese alguma de uma questão pessoal, e sim, de toda uma categoria significativa e que tem condições de trabalhar de forma positiva para levar o Brasil a um patamar diferenciado e muito mais eficiente em torno das questões que envolvem a segurança e saúde do trabalhador.

Para promover a conscientização e fazer com que o setor e sociedade em geral - que também é afetada por todo esse descaso -, faça a sua parte e saia da "pseudo" zona de conforto para exigir seus direitos, o Sintesp tem atuado cada vez mais para mobilizar a categoria de forma organizada. Queremos nosso Conselho de Classe acima de tudo, porque assim, vamos cuidar do nosso destino e não vamos mais precisar ficar com o chapéu na mão precisando da ajuda de um Estado ausente. Para enfrentar essa empreitada nossa diretoria está integrada e unida para vencer. Para isso, já começamos o ano de 2009 com uma grande mobilização em São Paulo e, depois, vamos para Brasília, manifestando que a criação do nosso Conselho de Classe é a nossa prioridade nº 1.

Armando Henrique - presidente

1º PASSO
Jornal do Sintesp - Nº 210 - Ano 2009

Publicação do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo Sede: Rua 24 de Maio, 104 - 5º andar - República - Centro - CEP 01041-000 - Fone (11) 3362-1104 E-mail: sintesp@sintesp.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Armando Henrique - Diretor Presidente
Laércio Fernandes Vicente - Diretor Vice Presidente
Sebastião Ferreira da Silva - Diretor 1º Secretario
Wagner Francisco de Paula - Diretor 2º Secretário
Marcos Antonio de A. Ribeiro - Dir. 1º Tesoureiro
Rene Alves Cavalcanti - Diretor 2º Tesoureiro
Heitor Domingues de Oliveira - Dir.Executivo Estadual

DIRETORIA ESTADUAL
Titulares - Adonai Gomes Ribeiro, Eduardo Neves da Silva, Élcio Pires, Francisco Thomé Filho, Laerte dos Santos, Valdete Lopes Ferreira e Olívio de Oliveira Filho.
Suplentes - Helena Aparecida Arcaro Conci, Luiz Carlos Lucas Prado Spinelli, Valdirio Antonio Guerra, Homero Tadeu Betti, Cosmo Palasio de Moraes Junior, Jorge Gimenez Berruezo e Rogério de Jesus Santos

CONSELHO FISCAL
Titular - Luiz de Brito Porfírio, Milton Perez e Adenias Santos Silva Suplente - Altair Teixeira, Valdizar Albuquerque Silva e Tânia Angelina dos Santos

Coordenação do jornal - Comunicação e Marketing - Heitor Domingues de Oliveira Fotos - Arquivo Sintesp, Armando e Heitor

Jornalista Responsável - Sofia Jussara da Conceição - MTb 28.703

Editoração Eletrônica Anema (11) 4401-2622

De que lado você está?
Reduza custos! Que a sorte nos proteja.
Devemos zelar pela segurança da equipe. Reduza os riscos!*
O FUTURO EM SUAS MÃOS
Ser uma das maiores empresas de luvas do mundo é poder oferecer a maior e melhor gama de opções em proteção das mãos para o mercado brasileiro. Tecnologia e Inovação em favor de sua segurança.
Fale com a gente e encontre a luva certa para sua aplicação:
www.luvas.com.br - 0800 7074435
MAPA®
PROFESSIONNEL
Siderurgia e Mineração
Metal-Mecânico
Eletro-Eletrônico e Ind. Automotiva
Madeireiro
Alimentício
Reciclagem e Limpeza Pública
Conservação e Limpeza
Químico

PRESIDENTE DO SINTESP ABORDA MINISTRO DO TRABALHO QUANTO À AÇÕES MAIS EFETIVAS EM PROL DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

A festa em Comemoração ao Dia dos Aposentados contou com a formalização do 1º Sindicato da categoria, o Sindnapi - Sindicato Nacional dos Aposentados, vinculado à Força Sindical. O ministro do Trabalho, Carlos Luppi, prestigiou o evento, realizado no dia 24 de janeiro de 2009, no CERET-SP.

O ministrou declarou, ao entregar a entregar a carta sindical ao presidente do Sindnap, João Batista Inocentini, que este reconhecimento formal é um marco. “Com o registro, o sindicato passa a ter toda a prerrogativa legal para agir formalmente e constitucionalmente na defesa do direto dos aposentados brasileiros”, acrescentou ele.

De acordo com o ministro Lupi, agora, toda central sindical do país poderá ter como filiado um sindicato nacional de aposentados e pensionistas.

O Sindnap existe desde junho de 2000, porém, juridicamente, era uma ONG - Organização não-Governamental. Sem o registro de sindicato, ele não podia, por exemplo, abrir ações judiciais em favor dos aposentados e pensionistas do país. “Ação no Supremo Tribunal o Sindnapi não podia abrir. Agora, pode”, complementou Lupi. Para Inocentini, do Sindnapi, a formalização representa a devolução da dignidade dos aposentados. “Antes, você se aposentava e não sabia mais o que era na vida. Nós não podíamos nos organizar, pois não havia um sindicato”, disse. Segundo ele, como os aposentados são trabalhadores de várias categorias, foi preciso encontrar uma maneira legal de se reconhecer a entidade, o que demorou nove anos.

SINTESP ENFOCOU QUESTÕES SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO COM O MINISTRO LUPPI

A ocasião foi uma excelente oportunidade para o presidente do Sintesp, Armando Henrique conversar com o Ministro Luppi a respeito de ações mais concretas em prol da segurança e saúde do trabalhador.

“Durante o diálogo com o Ministro, ressaltei que o mesmo tem duas dívidas com a categoria, porem antes de citá-las, lembrei-lhe que, imediatamente, após a sua posse como Ministro do Trabalho, solicitei, pessoalmente, o seu empenho no resgate da Fundacentro e estamos notando progresso neste sentido”, informou Armando.

Quanto as duas dividas, Armando citou que a primeira é a liberação do Conselho de Classe dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

Segundo Armando, o Ministro Luppi informou que o Conselho não depende dele e, sim, de Projeto de Lei. “Concordei com o Ministro, porém informei-lhe que o Projeto de Lei existe, o qual foi iniciativa do seu antecessor, Ex Ministro Ricardo Berzoini, porém este projeto encontra-se na Casa Civil com parecer favorável, e o seu prosseguimento depende de Ato Político do Ministro do Trabalho em exercício, portanto, esta bola é dele e o Secretario do Trabalho, Antonio Medeiros, inclusive, sabe sobre todos os estágios e procedimentos”, contou Armando.

A segunda cobrança feita por Armando referiu-se a inoperância da SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho. O Ministro Luppi argumentou que as informações que tem indicam que esta Secretaria é eficiente.

Armando, então, ponderou a respeito dizendo que o dado concreto é que as questões de Segurança e Saúde do Trabalho, vinculado a esta Secretaria estão agonizantes, as relações da sua Titular, Sra. Ruth Vilela, com o movimento sindical, organizações, profissionais prevencionistas e servidores do MTE nesta área é distante de arrogância, sem diálogo e totalmente sem norteamento.

A nossa conclusão: A conclusão é que a Secretaria Ruth Vilela é eficiente no seu marketing junto ao Ministro e aos poderes do Governo que a mantém no cargo, com base nas ações de fiscalização arrecadatórias e outras ações de grande repercussão de mídia, colocando as 3 mil mortes, 15 mil mutilados e afastados definitivamente do trabalho, 400 mil acidentes graves e doenças do trabalho fora das prioridade na política de atuação do governo. “Pobres trabalhadores”, continuam sendo usados como moeda de troca, ações absurdas como a Portaria 17/MTE, e Portaria 262/MTE, promovendo terceirização e banalizando a profissão dos Técnicos de Segurança do Trabalho, respectivamente, cabendo a nós, que fazemos parte da sociedade organizada, continuar intensificando mobilizações para as devidas mudanças e correção de rumos”.

COLÉGIO SANTA RITA
40 anos formando profissionais
INOVA MAIS UMA VEZ
CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE
CERTIFICADOS E DIPLOMAS
Certificado de Qualificação Profissional de Auxiliar Técnico de Auditoria Ambiental, aos alunos que concluirem com êxito o primeiro módulo do curso. Diploma de Habilitação Profissional de Técnico em Meio Ambiente, aos que concluírem com êxito os dois módulos do curso.
PÚBLICO ALVO
Formandos no Ensino Médio, Técnicos de Segurança do Trabalho, Fiscais de Órgãos Públicos, Engenheiros, Professores, ONGs, etc.
Informe-se sobre novos cursos de nível superior
Rua Sena Madureira, 68 - Vila Mariana - SP
Fones: 5572-2121 / 5575-0769 - santarita@hipernet.com.br

Centrais Sindicais participaram do Fórum Social Mundial, em Belém, PA

O Fórum Social Mundial, em Belém, PA, realizado de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, foi aberto com a Marcha de Integração dos Povos. Milhares de pessoas saíram às ruas para mostrar que desejam um mundo melhor. As centrais sindicais - Força Sindical, CUT e UGT - marcharam unidas. Estavam presentes o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, Paulinho; Artur Henrique, da CUT e Ricardo Patah, da UGT.

No meio da Marcha, a governadora do Pará, Ana Júlia se encontrou com os sindicalistas e cumprimentou-os pela participação na Marcha. As palavras de ordens foram contra a demissão, por um mundo melhor, união das centrais em defesa dos direitos dos trabalhadores, pela organização dos sindicatos e pelo crescimento da economia. Cada grupo social mostraram suas propostas. As centrais sindicais fecharam a Marcha, que contou também coma participação de Plínio Sarti, da Uil, que defendeu a unidade do movimento sindical e de Eugenio Del Valle, coordenador de mudança climática da CROC, do México.

Também participaram da Marcha o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, Juruna; os presidentes das estaduais da Força no Pará, Ivo Borges; de São Paulo, Danilo Pereira da Silva; do Rio Grande do Sul, Cláudio Janta, e de Santa Catarina, Osvaldo Mafra. Outros presentes foram Neuza Barbosa, secretária nacional da Mulher e Eunice Cabral, presidente do Sindicato das Costureiras de São Paulo.

O vice-presidente do Sintesp, Laércio Fernandes Vicente, também participou do evento como integrante da delegação da Força Sindical de São Paulo.

Justiça do Trabalho condena usina de cana-de-açúcar a pagar R$ 1,7 milhões

A Justiça do Trabalho de Itapira, em São Paulo, condenou a Usina Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool e a Agropecuária Nossa Senhora do Carmo a pagarem indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 1,71 milhão. De acordo com ação civil pública do MPT - Ministério Público do Trabalho, em Campinas, SP, a usina e a empreiteira apresentaram várias irregularidades com o processo de corte manual de cana-de-açúcar As empresas foram condenadas ainda a acabar com a terceirização do corte e a cumprirem itens da NR 31, norma reguladora que se refere às condições do meio ambiente de trabalho. O valor da indenização, se pago, será destinado ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

De acordo com o MPT, entre as irregularidades encontradas estão o "controle econômico e gerenciamento por parte da agropecuária do trabalho dos cortadores de cana, que tinham descontados de seus salários os equipamentos de proteção individual (EPI), óleo diesel fornecido para o transporte dos trabalhadores, entre outros itens". Os procuradores relataram anda no processo falta de registro pelo empregador, pagamento de remuneração inferior à diária mínima, e a falta de concessão dos EPIs em perfeito estado de conservação, além da falta de instalações sanitárias, abrigos contra chuvas, falta de água potável nos locais de trabalho, entre outras irregularidades.

Sintesp participa de reunião no Conselho Estadual de Educação para tratar a questão de cursos a distância

Visando sempre o melhor atendimento aos profissionais da categoria, um dos princípios do Sintesp é acompanhar a qualidade dos cursos de formação. Face a esse princípio, no dia 3 de fevereiro de 2009, Armando Henrique, presidente do Sintesp; Tania Angelina dos Santos, diretora da Secretaria da Mulher e Assuntos de Educação Profissional; e o diretor Wagner de Paula, reuniram-se com o presidente do CEE - Conselho Estadual da Educação de São Paulo, Profº Arthur Fonseca e o conselheiro Fernando, responsável pelas escolas de educação técnica, para tratarem do tema "cursos de formação na modalidade à distância".

Segundo Tânia, o SINTESP visita durante o ano, diversas escolas de formação de profissionais técnicos de segurança do trabalho com o objetivo de, junto com os coordenadores dos cursos, verificar como está sendo desenvolvida a grade curricular dos cursos, estrutura de laboratórios para prática em equipamentos de medição e primeiros socorros, treinamentos práticos em campo para combate a incêndio e a política de estágio da escola no sentido de aprimorarem seu conhecimento e terem mais vivência com o dia-a-dia da profissão.

Tania explica que o curso de formação tem que ter 1.200 horas de aulas presenciais para o mínimo de qualidade, mais o estágio supervisionado pelo coordenador do curso na escola. Além disso, dentro dessa grade curricular tem que constar matérias pertinentes à profissão complementadas com atividades em laboratórios de equipamentos de medição e de informática. "Nossa visita nessas escolas tem o intuito de verificar se a mesma está atendendo todo esse processo, e promovermos debates com os alunos para esclarecimentos sobre a profissão, pois tem havido aumento significativo do número de escolas ao mesmo tempo que alunos reclamam da qualidade de alguns cursos. Dessa forma, cabe a nós, representantes da categoria, acompanhar a formação desses futuros profissionais e agir para progressiva melhoria de forma contínua", declarou Tania.

A reunião no Conselho Estadual de Educação, no entanto, foi para tratar especificamente de uma escola no interior de São Paulo, que tem ministrado cursos a distância de formação para técnicos de segurança e utilizando a autorização concedida pelo CEE para filiar outras escolas no estado para vender seu curso. Tania conta que o Sintesp está em tratativas com o CEE para não renovar a autorização desse curso.

Segundo ela, o Sintesp não é contra a educação a distância, porém no caso do técnico de segurança, somente cursos de especialização, pela simples razão de que esse tipo de curso inviabiliza a formação correta que permita que o profissional atue com o conhecimento técnico e prático necessários para atuar em prol da prevenção da integridade física e mental do trabalhador, muitas vezes tomando decisões que podem significar a diferença entre a vida e a morte do trabalhador. "A profissão do técnico é totalmente a base de legislação, por exemplo, um aluno residente na Capital faz a opção desse curso à distância; como que o aluno irá se preparar adequadamente sem ter esclarecimentos e com quem tirar suas dúvidas? De que forma vai estagiar sem supervisão adequada?", questiona Tania.

Como em dezembro passado venceu a autorização desse curso do interior, a reunião foi com o objetivo de conversar com o Conselho sobre quais serão os critérios para a renovação dessa autorização e explicar toda a problemática que envolve a formação dos cursos à distância para técnico de segurança, para obter uma posição de que não vão renovar o curso nessas condições.

Outro ponto, conforme Tânia, é que essa escola, que é a única que tem autorização para ministrar o curso à distância para técnico de segurança, está usando sua credencial para criar representações tipo franquia em todo o Estado. "As pessoas pegam a apostila, estudam, e fazem a prova na sede da escola, sem o mínimo de acompanhamento dirigido no decorrer do curso", comenta Tânia.

Além disso, muitos alunos são atraídos pelo piso salarial em detrimento da questão vocacional e da qualidade dos serviços. O que ocorre é que esse quadro está desproporcional. Tania informa que quando foi dada a autorização para esse curso a justificativa é que a região era carente de profissionais, só que hoje, as estatísticas do Sintesp mostram 35% dos Técnicos formados estão sem oportunidade de exercer a profissão. "Esse tipo de curso desqualifica o profissional, além de que é um desrespeito ao consumidor e a nossa classe profissional, já que o aluno não se preocupa com a qualidade causando uma concorrência desleal com os profissionais sérios e bem qualificados da área", conclui Tânia.

Indice do Salário mínimo e antecipação de recebimentos é vitória do movimento sindical

O novo valor de R$ 465 que passou a vigorar a partir do dia 1º de fevereiro de 2009 é uma vitória do movimento sindical, que sempre exigiu uma política de valorização do salário mínimo. O aumento real de 6,39% irá beneficiar diretamente 42,1 milhões de pessoas, incluindo aposentados e pensionistas.

Ao antecipar o aumento para o mês de fevereiro, o governo também atende a reivindicação das centrais sindicais, que negociaram um acordo de aumento do salário mínimo, que começou a vigorar em 2007.

O aumento é resultado das lutas e marchas das centrais sindicais que há anos cobram do governo um salário mínimo digno. O aumento o poder de compra dos trabalhadores é uma bandeira perene das entidades sindicais. "É uma forma de distribuir renda no país", afirmou o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho.

O sindicalista ressalta que neste momento de falta de crédito e queda na produção, o reajuste irá injetar R$ 21 bilhões na economia. "Este dinheiro irá ajudar a aquecer a economia e fortalecer o mercado interno e criando novos postos de trabalho", disse o líder da Força Sindical.

10ª EDIÇÃO DO PRÊMIO ABS HOMENAGEIA AÇÕES PREVENCIONISTAS

Foi realizado no dia 3 de dezembro de 2008, no bairro de Moema, SP, a 10ª edição do Prêmio ABS. Durante a cerimônia de premiação da entidade foram agraciadas empresas e pessoas físicas que mais se destacaram na aplicação de ações prevencionistas.

O Prêmio ABS de Segurança e Saúde no Trabalho foi criado em 1998 com o objetivo de mensurar o desenvolvimento da aplicação de ações prevencionistas nas empresas, significando um marco na história moderna da segurança e saúde no trabalho e a cada ano de sua edição, gera novos desafios para mensurar os resultados das empresas. Por sua vez, estas sempre responderam positivamente de sorte que, em seus nove anos de história, a premiação já agraciou mais de duzentas empresas em todo o território nacional.

Esse ano foram premiadas vinte e quatro empresas em Segurança e Saúde, Meio Ambiente do Trabalho e Prevenção e Combate a Incêndio e Emergências.

As empresas TOP foram: ALBRAS Alumínio Brasileiro S.A.; ALUNORTE Alumina do Norte do Brasil S.A.; ARCELOR MITTAL – Unidade de Tubarão; CP KELCO – A Huber Company; CPFL Geração de Energia; CPFL Santa Cruz; EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica; ESTEL Serviços; IESA Óleo & Gás; PHILIPS DO BRASIL S.A. e TECVIX Planejamento e Serviços

Um dos destaques da premiação desse ano foi a Philips do Brasil S.A., unidade corporativa, segunda empresa a alcançar a distinção TOP Ouro de gestão em segurança e saúde no trabalho. Essa distinção só havia sido alcançada, até então, pela Novelis, unidade de Pindaminhangaba.

Ainda, como reconhecimento aos profissionais que, de forma anônima, contribuíram com a melhoria das condições e do meio ambiente do trabalho, foram outorgadas várias medalhas Pioneiros da Segurança, a funcionários das empresas premiadas, indicados por estas e avaliados pelo Comitê Honorífico da ABS.

Esteve presente a cerimônia o presidente do Sintesp, Armando Henrique, além dos agraciados, convidados e demais autoridades. A Animaseg, na presença de seu diretor Executivo, Raul Casanova, outorgou a Fábio de Toledo Piza a comenda de Honra ao Mérito de SST, cuja entrega oficial realizou-se em 18/11/2008. A indicação de Piza a essa premiação foi feita pelo Sintesp que, de acordo com Armando Henrique, “foi uma forma merecida de reconhecer o trabalho de uma pessoa que se preocupa em enaltecer o trabalho de tantos profissionais e empresas, conforme demonstra o histórico da premiação da ABS”.

4ª Reunião dos membros da CT-SST em São Paulo - interministerial

A 4ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho realizada no dia 19 de janeiro de 2009, na Fundacentro, em São Paulo, com as presenças de representantes do Governo, Empregadores, Trabalhadores e convidados, estabeleceu entre os Grupos de Trabalho Setorial (GTS), que fosse acordado entre as representações as indicações dos nomes para os GTs da Construção Civil e Transporte Rodoviário de Carga, sendo dois efetivos e dois suplentes para cada grupo.

Foi consesuado entre as partes que os dois representantes titulares dos trabalhadores da Construção Civil, Laércio Fernandes Vicente, indicado pela Força Sindical e o outro que será indicado pela CUT em reunião agendada para dia 18 de fevereiro, e os representantes do setor de Transporte Rodoviário de Cargas reunir-se-ão dia 17 de fevereiro.

Segundo Armando Henrique, presidente do Sintesp e representante da categoria dos trabalhadores na CT-SST pela Força Sindical, o papel das Subcomissões nesse trabalho é ser um guarda-chuva, ou seja, o orientador macro desse sistema em relação as questão prevencionistas e em prol da qualidade de vida no trabalho. "A idéia é trazer pessoas do próprio segmento para fazer o link com a comossão interministerial e sinalizar as expectativas de demanda que existem em cada segmento para conseguir traçar as políticas de saúde e segurança. Por isso, serão realizadas discussões técnicas focadas para aquele segmento específico, com representantes do próprio segmento", explicou Armando.

Na decorrer da reunião os três Ministérios (Previdência Social, Saúde e Trabalho) apresentaram as ações que estão servindo de base para a consolidação das expectativas do CT-SST em relação a saúde e segurança dos trabalhadores. Foram apresentados os resultados de algumas ações em andamento e agendadas as próximas reuniões ordinárias da Comissão para os dias 24 de março, 26 de maio e 28 de julho de 2009.

Confira o Plano de Ação para a Indústria da Construção e Transporte Rodoviário de Cargas estabelecido pela CTPP:

O objetivo deste plano de ação é fortalecer o diálogo social, aperfeiçoar a regulamentação em vigor nos setores econômicos escolhidos e reforçar a formação específica em SST. Esta ação prioritária de combate às mortes e invalidez permanente deverá ater-se também a um trabalho de fiscalização e vigilância sanitária por parte do governo, bem como o desenvolvimento de campanhas específicas, estudos e pesquisas e criação de linhas de crédito especial. A atenção desta ação deverá se estender aos setores econômicos em sua totalidade, com foco especial nas micro e pequenas empresas.

1 - Fortalecimento do Diálogo Social

Estabelecer um diálogo permanente entre empregadores e trabalhadores (Entidades Patronais e de Trabalhadores), envolvendo os dois

setores com a seguinte pauta de ações:

a) Revitalizar a atuação das CIPAS;

b) Ampliar o processo de negociação coletiva em SST nos dois setores;

c) Reuniões com empresas estatais e privadas envolvidas no PAC, agências reguladoras e ministérios;

d) Estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo de redução de acidentes;

e) Criar Grupos de Trabalho Setoriais (GTS) específicos nos setores da indústria da construção e transporte, mantendo interlocução permanente com as comissões existentes, como o CPN, e estimular a criação de grupos regionais onde haja maior sinistralidade;

f) Articulação com as demais entidades governamentais e privadas que possam colaborar na implementação do Plano de Ação.

2 - Regulamentação:

a) Aperfeiçoamento e ampliação da legislação para os dois setores, bem como introdução de Recomendações Técnicas de Procedimentos (RTPs), a exemplo da proposta da Fundacentro para a indústria da construção. Há necessidade de normas e procedimentos específicos para o setor transporte.

3 - Formação em SST

Estabelecer processo de consulta tripartite nos subgrupos sobre:

a) Aperfeiçoamento do conteúdo de SST de todos os cursos profissionalizantes relacionados aos dois setores;

b) Adequação dos conteúdos dos cursos de CIPA nos dois setores;

c) Capacitação para os pequenos empreendedores envolvendo o SEBRAE;

d) Formação Profissional em SST nos setores em todos os cursos profissionais do MEC/Secretarias Estaduais e Municipais através de suas escolas técnicas e Resoluções do Conselho Nacional de Educação;

e) Aprimorar os conceitos mínimos de SST nos cursos de qualificação do Plano Nacional de Qualificação - PNQ do MTE.

4 - Fiscalização e Vigilância em Saúde do Trabalhador

Ação coordenada entre a Vigilância em Saúde do Trabalhador e a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, com pilotos de atuação a partir das regiões/locais de maior sinistralidade;

5 - Campanhas

a) Campanha na mídia dirigida para este fim (TV, rádio, jornais, revistas especializadas), além do envolvimento das entidades sindicais e de empregadores (cartazes, folhetos, etc.), envolvendo os ministérios e agências reguladoras e ocupação de espaços de utilidade pública em rádio e TV;

b) Campanhas específicas direcionadas para estatais e empresas envolvidas no PAC;

c) Utilização dos espaços públicos tanto nos Ministérios do Trabalho e Emprego (SRTES), e rede do Sistema Público de Emprego, Ministério da Saúde (SUS - RENAST) e Agências da Previdência Social/Fundacentro;

6 - Estudos e Pesquisas

a) Estudos e pesquisas relevantes voltadas para a redução de acidentes e melhoria das condições de trabalho nos dois setores discutida de forma tripartite, além do aperfeiçoamento do NTEP;

b) Desenvolvimento de programas junto a Fundacentro e outras instituições;

c) Análise detalhada dos acidentes ocorridos nos dois setores, priorizando os graves e fatais.

7 - Crédito especial

Linhas de crédito especiais e outras políticas de benefícios, com controle social, para incentivar a melhoria ambiental e de condições de trabalho nos setores econômicos envolvidos via FAT, BNDES e Bancos Oficiais.

8 - Banco de Dados

Aperfeiçoamento e integração das bases de dados relacionadas aos dois setores.

Sintesp formaliza parceria com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo

Com o objetivo de aumentar seu campo de ação em prol da saúde e segurança do trabalhador, o Sintesp tem feito trabalhos concentrados por segmento de atividades no ramo produtivo e já conta com experiências bem sucedidas no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e no Sindicato dos Comerciários de São Paulo. Nesse sentido, para ajudar na cultura da prevenção e valorização da vida, o Sintesp iniciou uma parceria com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo, a qual consiste, basicamente, em desenvolver atividades no segmento produtivo envolvendo, especialmente, o Técnico de Segurança e os componentes da Cipa das empresas, por meio atividades que incluem eventos, seminários, promoção de cursos, treinamentos, entre outros.

"Essa nossa busca de fazer a parceria com Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo já vem de um bom tempo e uma das nossas metas é, inclusive, estimular o Sindicato dos Trabalhadores a construir seu departamento específico de Segurança e Saúde do Trabalhador, pois a partir disso ficará mais fácil desenvolvermos essas ações integradas", declarou Armando Henrique, presidente do Sintesp.

Segundo Armando, o ano passado, até por entendimento estimulado por parte do Sintesp, o Sindigráficos montou um departamento, contratou um técnico de segurança do trabalho, que infelizmente faleceu no começo de 2009. Porém, a intenção e o objetivo do Sindicato de investir nessa questão continua e, sendo assim, foi realizada uma reunião com o presidente e vice-presidente do Sindigráficos, dia 23 de janeiro, para formalizar essa parceria.

O planejamento de ações inclui atividades interativas entre o Sintesp e o Sindigráficos que auxiliarão na gestão do conhecimento dos trabalhadores do setor. "Foi estabelecido com o presidente do Sindigráficos que em 2009 nós vamos fazer o Encontro Estadual do Técnicos de Segurança do Setor Gráfico. E já estamos com o compromisso de em 2010 fazermos um Encontro Estadual dos Técnicos de Segurança e dos Cipeiros do setor Gráfico envolvendo, inclusive, a Federação dos Gráficos do Estado de São Paulo", informou Armando.

O setor gráfico tem muitos trabalhadores. Só em sua base o Sindicato tem por volta de 3.000 empresas, das quais calcula-se que cerca de 250 precisam ter Cipa e umas 150 comportam a atuação de Técnicos de Segurança do Trabalho. Por isso, Armando cita que dá para gerar muitos empregos e, especialmente, qualidade dos serviços nas empresas. Para ele, a somatória das ações é a principal alavanca para gerar qualidade de vida nas empresas. "A partir do momento que temos uma ação em conjunto com os sindicatos preponderantes, os Sindicato dos Técnicos de Segurança, a Central Sindical e a Federação, a possibilidade de termos até mais acesso as informações nessa questão é maior. Por exemplo, se temos 3.000 empresas, cada empresa por menor que seja tem que ter um designado da Cipa, ou seja, um trabalhador treinado com 20 horas de treinamento para poder fazer prevenção na empresa e a gente sabe que 99% não é respeitado, e na verdade, muitas as vezes é por falta de informação, são pequenas empresas, micro empresas que não tem essa informação, então cabe a nós, a chegar nessas empresas e orientá-las. No fim todos ganham, inclusive, a própria empresa ganha muito com isso. Então queremos otimizar essa iniciativa no setor gráfico, agindo de forma bem focada e em parceria com o Sindigráficos", salientou Armando.

Para o presidente do Sindigráficos de SP, Marcio Vasconcelos, é muito importante o estabelecimento dessa parceria com o Sintesp, a qual visa buscar "qualidade de vida para os trabalhadores gráficos", através de uma assessoria técnica especializada.

"Nosso objetivo é ter um 'retrato' dos índices dos acidentes nas gráficas, e com um 'mapa detalhado', buscar alternativas viáveis para minimizar os problemas. A técnica e a informação conjunta nesta parceria possibilitarão a segurança e saúde do trabalhador em seu ambiente de trabalho. Por isso, a parceria é de extrema importância, haja vista, que o nosso setor está debilitado na área de segurança", declarou Vasconcelos.

Centrais Sindicais apresentaram pauta ampla de reivindicações ao presidente Lula

Dirigentes das principais centrais sindicais reuniram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, dia 19 de janeiro de 2009, para cobrar do Governo medidas "concretas" para conter as demissões no País. Em entrevistas, os líderes sindicais disseram que iam pedir aumento de 15% no valor do salário mínimo (hoje de R$ 415,00), redução de dois pontos porcentuais na taxa básica de juros, ampliação do número de parcelas do seguro-desemprego e exigência de garantia de emprego por parte dos empresários como contrapartida à redução de impostos. "O ministro Guido Mantega, do Ministério da Fazenda, precisa começar a discutir o problema da crise com os sindicatos. Até agora, ele só discutiu com empresários", reclamou o presidente da CUT, Arthur Henrique. "Falta ousadia para o governo federal e também para os governos estaduais", acrescentou.

Já o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva, disse que o governo deveria aumentar em 15% o valor do salário mínimo para ajudar a conter a crise por meio do incentivo ao consumo. Ele disse também que o governo poderia, por exemplo, determinar ao Banco do Brasil a redução do spread bancário (diferença entre o juro do crédito e o custo de captação dos recursos), o que seria um alívio para muitos setores. "O Banco do Brasil é campeão em spread", afirmou. Ele também fez críticas a Mantega: "O governo, primeiro, precisa cuidar da própria casa, pois, enquanto o Brasil está pegando fogo, o ministro da Fazenda está em férias".

O presidente da UGT, Ricardo Pattah, por sua vez, qualificou de "chantagem" a atitude dos empresários, que estão querendo usar este momento para flexibilizar a legislação trabalhista. Para Pattah, o maior problema, no momento, é o crédito, "que continua emperrado". "Os empresários querem, sob o argumento da crise, rasgar a legislação. Isto é chantagem e oportunismo empresarial", acusou. O presidente da UGT defendeu a redução de dois pontos porcentuais na taxa básica de juros, porque "reduzir 0,25 ponto ou 0,50 ponto não adianta nada". Acrescentou que o presidente e o ministro da Fazenda têm de interferir nessa questão "para mostrar que quem manda no País é o presidente Lula".

Pattah insistiu em que o problema grave do crédito tem que ser resolvido com os bancos. Informou que apresentará ao presidente Lula sugestão de edição de uma medida provisória dispensando concorrência em obras públicas, para reduzir a burocracia e permitir que recursos já empenhados possam ser usados rapidamente. Pattah fez a ressalva de que, ao dispensar a concorrência, o governo deve promover pregão eletrônico, para garantir a transparência e evitar a corrupção. Sugeriu também que a MP crie um Fundo Emergencial de Fomento ao Crédito. A MP valeria por seis meses.

Já o presidente da CGTb, Antonio Neto, afirmou que o momento é de discutir com o presidente Lula a ampliação do crédito para pequenas empresas, que estão sofrendo com a falta de recursos. Ele disse que é necessário encontrar mecanismos para evitar que a empresa que receba recursos de órgãos governamentais demita trabalhadores. Alegou que, quando esses empresários buscam recursos públicos, usam como principal argumento a afirmação de que é para gerar empregos.

Após quase três horas de reunião, os dirigentes das principais centrais sindicais afirmaram que Lula ficou sensibilizado com as reivindicações apresentadas pelos sindicalistas. "O presidente Lula ficou sensibilizado com todas as questões que colocamos. Ele disse que irá ficar a disposição até o final de janeiro para debates sobre os efeitos da crise", afirmou o presidente da Força Sindical.

"Deixamos claro ao presidente Lula que o movimento sindical não vai aceitar demissões. Vamos paralisar conjuntamente as empresas que demitirem em massa e sabemos que tem muitos patrões pegando carona na crise para impor redução de salários e flexibilização dos direitos sociais. Vamos reagir com energia a esta ofensiva reacionária e cobraremos solidariedade do nosso presidente, que já foi sindicalista e operário", acrescentou o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Wagner Gomes.

SEÇÃO TÉCNICA / INFORMATIVA

DEFENSORIA SOCIAL - CONCEITO JURÍDICO

O Brasil é um país com muitas leis e quase nenhuma Justiça.Sua estrutura Judiciária é anacrônica, excludente, machista e patrimonialista, tanto que o país vem sendo muito pressionado pela Comunidade Internacional, para que adote práticas que expressam a função Social do Direito. Embora integre a Comunidade dos Países Democráticos, o país está longe de garantir o efetivo exercício da Cidadania, estando ainda no primeiro nível do Princípio Geral que deve reger o ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. Sob o predomínio da DEMOCRACIA REPRESENTATIVA e ainda patinando na implantação de modelos de DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, tanto que são limitados os espaços para a participação da sociedade na proposição de leis que só vão à deliberação sob o controle de seus " representantes políticos".

Precisamos avançar rumo à DEMOCRACIA DIRETA mediante a criação de mecanismos efetivamente participativos, através de REFERENDUNS e PLEBISCITOS. Em termos dos interesses da sociedade, os principais instrumentos de defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, em especial nas questões sociais, ambientais e de consumo, estão vinculados ao Estado. A atuação dos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas, nas esferas Federal e dos

Estados - via de regra - mal equipados e distantes da população, apresenta como principal fragilidade o fato de serem estruturas reativas onde, para acessá-las é o povo que tem de "correr atrás".

Ao longo das últimas décadas, para minimizar as distorções, principalmente para maquiar nossa realidade diante da Comunidade Internacional, houve alguns avanços, notadamente a edição de leis que garantiram a criação dos estatutos legais que passaram a nortear as AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, AÇÕES POPULARES, AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE, entre outras, mas ainda não é o bastante.

Na esfera da sociedade civil organizada existem ORGANIZAÇÕES NÃO Governamentais, a maioria dependente de recursos públicos ou privados, que lhe tira autonomia e independência, sendo muitas vezes chamadas de CHAPA-BRANCA (alusão às placas de carros oficiais). É certo que existem instituições sérias, cuja força moral impede serem cooptadas facilmente, entre elas a Comissão Brasileira para a Justiça e a Paz; PASTORAIS SOCIAIS vinculadas à CNBB, Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), entre outras.

Fátima Regina Feitosa
TST/Advogada/Procuradora Geral da Defensoria Social

OBS: Publicado no jornal Cidadania Ativa-Social defensers Foundation Genéve-Suisse na pág 06.

Confraternização de final de ano do Sintesp 2008

No dia 20 de dezembro de 2008, o Sintesp realizou sua tradicional confraternização de final de ano, na Chácara dos Anjos, interior de São Paulo, SP.

O encontro foi realizado num clima muito festivo e contou com as presenças dos diretores e funcionários do Sintesp. Segundo Armando Henrique, presidente do Sintesp, a entidade tem como tradição estimular as ações de integração interna, entendendo que essas ações têm reflexos diretos na busca da melhoria do sentimento de união da categoria.

"Esse sentimento ganha força, especialmente, junto a nossa base, com a evidência de que os profissionais procuram se unir através de grupos de estudos, atividades, entre outros. E confraternizações como essas demonstram a importância da atuação conjunta para o bem de todos", informou Armando.

As comemorações ocorreram também em algumas bases e subsedes do Sintesp, bem como em vários grupos tradicionais da categoria.

Diretores presentes na confraternização

MEIO AMBIENTE

Brasil supera marca anterior de destinação correta de agrotóxicos

Segundo o InpEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, de janeiro a novembro de 2008, no Brasil, foram encaminhadas ao destino final ambientalmente correto – reciclagem ou incineração –, mais de 23 mil toneladas de embalagens de agrotóxicos, um volume 14,9% maior que o total do mesmo período de 2007.

Apenas em novembro, as mais de 375 unidades de recebimento em todo o país processaram duas mil toneladas do produto. De acordo com o Instituto, os Estados que mais enviaram as embalagens vazias foram, em toneladas: Mato Grosso, com 5.471; Paraná, 4.065; e São Paulo, com 2.895.

"O programa brasileiro é reconhecido internacionalmente, e cada vez mais admirado por sua maturidade e excelência na gestão do destino final das embalagens vazias de defensivos agrícolas e seus benefícios ao meio ambiente", afirmou João Cesar Rando, diretor presidente do InpEV que, em novembro, participou do II Congresso Internacional de Resíduos Perigosos, em Bogotá, Colômbia, para apresentar o sistema.

Parque do Ibirapuera sedia ponto de reciclagem e atende um milhão de pessoas

O Parque do Ibirapuera recebeu o primeiro PEVM – Ponto de Entrega Voluntário Monitorado de seu espaço, no dia 29 de novembro de 2008, através de parceria entre a Plastivida Instituto Sócio Ambiental dos Plásticos, a Prefeitura de São Paulo e a BR+10 Ambiental. Estima-se que a unidade local atenderá um milhão de pessoas por mês que frequentam o lugar.

Os compartimentos do contêiner foram projetados para receber e armazenar adequadamente plásticos em geral, incluindo o isopor e sacolas plásticas, bem como papel, metal, vidro e óleo de cozinha usado. Os resíduos sólidos, segundo os implantadores, serão acondicionados em sacos de plástico e o líquido em bombas impermeáveis. O material coletado é encaminhado a uma das centrais de triagem da cidade.

A Prefeitura autorizou a instalação de 1000 PEVMs no município de São Paulo com o objetivo de suprir a carência de locais de recebimento de materiais recicláveis. Com essa iniciativa, pretende-se criar cerca de 1200 empregos indiretos. Os catadores passam a ser associados de cooperativas conveniadas ao órgão paulistano.

Projeto de estatal pretende diminuir drasticamente desperdício de água

A Sabesp anunciou na segunda quinzena de dezembro a implantação da medição individualizada de água em condomínios e da telemedição. Com o programa "Sabesp Soluções Ambientais", a estatal paulista de saneamento começará a gestão eletrônica do consumo de água, que será adotada em todo o Estado de São Paulo, iniciando-se pela capital paulista.

Para por em prática este projeto, a H2C Consultoria, Planejamento e Implementação de Programas de Uso Racional da Água foi a empresa cogitada, já tendo desenvolvido programas semelhantes em mais de 400 companhias e instituições.

A consultoria presta serviços aos contratantes exemplificando os dados sobre custo e estimativa de retorno do investimento, bem como das economias, em percentuais e valores.

Após a iniciativa, os gestores de condomínios residenciais, comerciais e industriais poderão analisar e fazer cobranças individuais do consumo de água aos moradores, fator que auxiliará a diminuição do consumo, além de ajudar a detectar problemas de vazamentos, instalações obsoletas e hábitos inadequados.

Para a empresa, a medição individualizada é uma iniciativa fundamental para ajudar a racionalizar o consumo de água em São Paulo, atitude instituída em outras capitais brasileiras, como Curitiba.

Em alguns casos, a economia obtida com o projeto alcançou 67%, mostrando o potencial de redução de água e, consequentemente, das contas mensais. A prática colabora, ainda, segundo os especialistas da H2C, com a preservação de áreas verdes, ao ajudar a diminuir o desmatamento resultante da implementação de novos reservatórios, adutoras e estações de bombeamento.

SINTESP INSTALA PLACA COM DATA DE AQUISIÇÃO DE SUA SEDE

Em dezembro de 2008, o Sintesp instalou uma placa em caráter definitivo no hool de entrada de sua sede, para lembrar a aquisição da sede própria em Maio de 2005. A placa relaciona nomes da diretoria estadual daquela gestão, além de datas e locais onde estão instaladas as dez regionais da entidade.

Cursos e Eventos

CURSOS

PSICOLOGIA APLICADA EM SEGURANÇA DO TRABALHO - 28/02/2009 e 7/03/2009 (sábados) - das 8h as 17h - Sócio em dia R$ 130,00 – Demais R$ 260,00 - Público Alvo - Téc. Seg. Trabalho Demais Interessados - Carga horária: 15h

INTRODUÇÃO A GESTÃO AMBIENTAL - 02 à 06/03/2009 - das 19h as 22h. - Sócio em dia R$ 130,00 – Demais R$ 260,00 - Público Alvo - Téc. Seg. Trabalho Demais Interessados - Carga horária: 15h

INSTRUTOR DE PONTE ROLANTE - 14/03/2009 (sábado) - das 8 às 18h Aula prática - 15/03/2009 (domingo) - das 8 as 14h. - Sócio em dia R$ 180,00 – Demais R$ 360,00 - Público Alvo - Téc. Seg. Trabalho Demais Interessados - Carga horária: 18h

TÉCNICAS DE ENSINO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - de 09 à 25/03/2009 - das 19 às 22h - Sócio em dia R$ 300,00 – Demais R$ 600,00 - Público Alvo - Téc. Seg. Trabalho e Demais Interessados - Carga horária: 40 h

*Cursos Sujeitos alterações.

EVENTOS

Data	*Evento*	*Local*
27/02/2009	Seminário Sobre SST	Osasco

Inscrição: eventos@sintesp.org.br Fone: 11-3362-1104 R. 38

INFORMAÇÃO JURÍDICA

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
COMUNICADO IMPORTANTE PARA A CATEGORIA

Vamos exigir que o imposto sindical seja repassado para o nosso sindicato, o SINTESP

Criou-se uma grande polêmica na Câmara dos Deputados sobre o aspecto compulsório da contribuição sindical. No entanto, os sindicatos dependem de recursos financeiros para o desenvolvimento de suas ações. Temos duas bases de sustentação: a ação política e os recursos para financiar as realizações. "Considerando que todas as conquistas da categoria, especialmente a aplicação da Convenção Coletiva, são extensivas a todos profissionais pertencentes a categoria, não é justo que uns paguem e outros, não", avalia o presidente do SINTESP, Armando Henrique.

Nesse contexto, deve-se levar em conta que os técnicos de segurança do trabalho constituem categoria profissional diferenciada. A representação sindical profissional por categoria diferenciada está especificada na CLT: "Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em conseqüência de condições de vida singulares".

A categoria dos técnicos de segurança é disciplinada especificamente pela Lei nº. 7.410/85, pelo Decreto nº. 92.530/86, pela Portaria no. 3.214/78 (Norma Regulamentadora NR-04) e por fim, pela Portaria no. 3.275/89, ambas do Ministério do Trabalho.

O que é Contribuição Sindical? Chamado também de Imposto Sindical, consiste no desconto de um dia de trabalho por ano (equivalente a 3,33% do salário), sempre no mês de março. É previsto na legislação federal, nos artigos 578 a 610 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

Quem paga? Todos os profissionais em exercício da profissão, registrados nas empresas como Técnico de Segurança do Trabalho, Assessores e Coordenadores de Segurança do Trabalho, desde que exerçam as atribuições da Lei 7.410 de 27/11/85, regulamentada pelo Decreto Nº 92.530 de 09/04/86. Essa contribuição é devida por sócios e não sócios também.

Como pagar? Por se tratar de lei, a empresa é obrigada a descontar do salário do funcionário no mês de março. Também por lei, a empresa tem até o último dia útil de abril de cada ano para efetuar o pagamento dessa Contribuição, através de guia própria que poderá ser solicitada ao SINTESP, nos bancos credenciados pelo Ministério do Trabalho e casas lotéricas.

O recolhimento independe do ramo de atividade em que o profissional técnico de segurança do trabalho atue e do seu vínculo empregatício (cargo), pois o seu enquadramento sindical é como CATEGORIA DIFERENCIADA e sua representação é, compulsoriamente, exercida pelo Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo.

De acordo com o Artigos 606, "a falta ou recolhimento indevido ensejará às Entidades Sindicais o direito da promoção de cobrança judicial" junto às empresas. Já os Artigos 607 e 608 da CLT determinam que "a prova de recolhimento correto da Contribuição Sindical é documento essencial ao comparecimento das Organizações às Concorrências Públicas ou Administrativas e para o registro ou licença de funcionamento ou renovação de atividades aos estabelecimentos de empregadores e aos escritórios ou congêneres dos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, bem como concessão de alvarás de licença ou localização".

Onde pagar? CEF - Caixa Econômica Federal (que controla a distribuição desse imposto) sempre em nome do SINDICATO dos TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO do seu Estado.

Porém não há, na legislação, prazo para os bancos repassarem a quantia deste imposto, que é destinada às organizações sindicais. Normalmente os sindicatos têm recebido esse imposto por volta do final de maio ou começo do mês de junho de cada ano.

Como é distribuído esse imposto? O que é recolhido de cada profissional Técnico de Segurança do Trabalho, que desempenham as atribuições das Leis 7.410/85 e 92.530/86, é assim distribuído:

- 20% vai para o Ministério do Trabalho.
- 5% para a CNTC - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.
- 15% para a FENATEST - Federação Nacional Dos Técnicos de Segurança do Trabalho.
- 60% para o Sindicato dos Técnicos do seu Estado

Obs.: Com a legalização das Centrais Sindicais, será repassado 10% às mesmas.

Mas isso só acontece se sua empresa cumpre a lei e recolhe corretamente a contribuição para o sindicato respectivo da nossa profissão.

Como fiscalizar o cumprimento da Lei? Em sua CTPS - em local próprio - deve ser anotado o recolhimento da contribuição e o nome do Sindicato para o qual a empresa recolheu esse Imposto.

Caso o nome do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do seu Estado não estiver anotado é porque sua empresa não está cumprindo a legislação. Isto pode ocorrer por desconhecimento da empresa. É seu dever informar a área de Recursos Humanos sobre o endereço e telefone do seu sindicato.

Dúvidas mais comuns sobre a contribuição sindical:

Imposto ou Contribuição Sindical é a mesma coisa que.... Essa contribuição, chamada também Imposto Sindical, não deve ser confundida com Contribuição Confederativa, Assistencial, Taxa de Reversão utilizadas no meio sindical.

Os sindicatos dos Técnicos de Segurança do Trabalho normalmente possuem apenas duas contribuições - previstas em lei - a Sindical e a taxa confederativa (que é definida em assembléia dos profissionais Técnicos de Seg. do Trabalho de cada Estado).

Meu empregador recolheu para outro sindicato! Se você é Técnico de Segurança do Trabalho, exerce as atribuições constantes das Leis de Regulamentação da nossa profissão (7.410/85 e 9.530/86), sua empresa tem o dever de efetuar o recolhimento para o sindicato correto, independente do vínculo empregatício que você tem na empresa, pois o "nome do seu cargo" é resolvido de acordo com a estrutura das organizações. Se você exerce as atribuições das leis de regulamentação, o recolhimento deve ser efetuado para o Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

Para corrigir esse erro, sua empresa deve efetuar o recolhimento para o sindicato correto, sem que você sofra novo desconto. Conforme o Código Civil Brasileiro, quem paga errado, paga duas vezes.

Há ainda os processos de Ação de Cumprimento que os Sindicatos vêm realizando, com bastante sucesso. Nesse caso sua empresa deve aguardar a notificação, caso não faça os devidos recolhimentos ao SINTESP.

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Secretaria Jurídica do Sintesp administra a demanda contra empresas em relação ao recolhimento para categoria diferenciada dos Técnicos de Segurança do Trabalho seguindo as orientações emanadas da diretoria, no sentido de que devemos esgotar todas as possibilidades negociáveis. "Diante do exposto, enviamos às empresas ofício onde comunicamos "não constar" em nossos registros o recolhimento da contribuição sindical (antigo imposto sindical), em caso de resposta por parte da empresa oficiada, o que tem sido muito raro,

tentamos uma negociação que sempre acaba beneficiando as duas partes e esta encerrada a pendência, todavia a maioria absoluta das empresas sequer respondem ao ofício, não restando outro caminho a não ser "pleitear" junto a Justiça Especializada do Trabalho o pagamento via "Ação de Cobrança de contribuição sindical"", informa Dr. Ademar José de Oliveira, advogado do Sintesp..

Segundo ele, o jurídico do Sintesp, vem realizando este trabalho já faz três anos, e na via jurídica a lentidão da Justiça acaba pro beneficiar as empresas que "TEIMAM EM NÃO CUMPRIR AS LEIS DESTE PAÍS", principalmente no que tange ao reconhecimento de que os Técnicos em Segurança do Trabalho, constituem "CATEGORIA DIFERENCIADA", com representação própria e no estado de São Paulo, representados pelo SINTESP. "Os resultados poderiam ser melhores, se dispuséssemos de nomes, salários nominais números de técnicos de segurança de cada empresa, mas citarei alguns processos que logramos êxito: processo nº. 02356-2006-089-02-00-6 – Hosp. Servidor Público de São Paulo; processo nº. 02661-2005-023-02-00-5 – IBM; processo nº. 02870-2005-029-02-00-7 – Banco Itaú; processo nº. 02787-2006-088-02-00-6 – VARIG; processo nº. 02790-2006-086-02-00-7 – COFAP; processo nº. 02195-2006-030-02-00-7 – Suzano Petroquímica; processo nº. 02038-2006-063-02-00-2 – AMBEV; processo nº. 05311-2006-082-02-00-9 – Cia. Brasileira de Distribuição/Grupo Pão de Açúcar etc", cita Dr. Ademar.

Sobre a atuação técnica da Secretaria Jurídica para garantir os direitos adquiridos da categoria, Dr. Ademar conta que são esgotadas todas as possibilidades negociáveis, enviando às empresas ofício na qual comunicamos "não constar" em nossos registros o recolhimento da contribuição sindical (antigo imposto sindical), em caso de resposta por parte da empresa oficiada, o que tem sido muito raro, tentamos uma negociação que sempre acaba beneficiando as duas partes e esta encerrada a pendência, todavia a maioria absoluta das empresas sequer respondem ao ofício, não restando outro caminho a não ser "pleitear" junto a Justiça Especializada do Trabalho o pagamento via "Ação de Cobrança de contribuição sindical".

CONTINUIDADE DAS AÇÕES EM 2009

Dando continuidade aos trabalhos em 2009, Dr. Ademar informa que a Secretaria Jurídica do Sintesp está propondo novas ações para as empresas que não estão recolhendo a contribuição (antigo imposto sindical).

Como ponto positivo Dr. Ademar cita duas decisões de 2º grau que foram muito importantes para o Sintesp nesse campo: a TRT/SP nº 02661.2005.023.02.00-5, Recurso Ordinário - 11a Turma; sendo a recorrente a IBM BRASIL INDÚSTRIA , MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA, na qual a sentença, cujo relatório se adota, proferida pela MMª Juíza do Trabalho, Denise Mendonça Vieites, julgou a ação procedente em parte (fls.236/239); e o Processo TRT SP 02195.2006.030.02.00-7; Recurso Ordinário; Origem 30ª VT/SÃO PAULO; cuja Recorrente é a SUZANO PETROQUÍMICA S/A, que teve a Dra. Catia Lungov como Desembargadora Relatora do Processo.

Dr. Ademar informa que os próprios técnicos de segurança podem procurar o Sintesp pedindo a emissão da guia de recolhimento da contribuição e apresentar ao RH da empresa onde trabalha, confirmando que o recolhimento deve ser feito para o Sindicato. "Esse ato é até uma forma de fortalecimento do sindicato com suas representações", assinala.

Armando Henrique, presidente do Sintesp, ressalta que o Sintesp está ganhando todos os processos, inclusive os acórdãos, por isso é importante que o técnico de segurança verifique no seu RH se a contribuição está sendo paga para o Sintesp para evitar conflitos entre a sua empresa e o Sintesp.

O PERIGO PODE ESTAR AO SEU LADO SEM QUE VOCÊ PERCEBA.

A maioria das situações de risco com gases é imperceptível. Por isso, a Divisão Instrumentation da Sperian (antiga Biosystems) desenvolveu uma linha completa de detectores de gás, que operam com o máximo de confiabilidade mesmo em condições extremas, garantindo a segurança dos seus usuários. Os equipamentos vão desde sensores simples até multissensores, como o PHD6 que, além de leve, robusto e sofisticado, é de fácil navegação e possui 18 opções de sensores, 15 diferentes detectores de gases tóxicos e 13 sensores eletroquímicos de gases tóxicos. O PHD6 ainda conta com alarme vibratório opcional e permite comunicação com computador, emitindo relatórios de forma rápida e prática. **Sperian, uma linha completa para uma escolha segura.**

Biosystems PHD6™

Biosystems IQ Express™ Dock

Biosystems ToxiPro™

Biosystems™ MultiPro

Base de Calibração (Dock Station)

Biosystems MultiPro™

HOWARD LEIGHT by SPERIAN · MILLER by SPERIAN · uvex by SPERIAN

www.sperianprotection.com.br

SPERIAN
Protection you can trust